

EDUCAÇÃO NA PANDEMIA – NOTAS PARA UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA¹

Elora Marques Mendonça da Silva²

Orientador: Prof. Dr. Marcos de Jesus Oliveira

Resumo

Este trabalho surgiu com base na ideia de pesquisar como se deu o processo educativo para estudantes com deficiência durante a pandemia do novo Corona Vírus, que deu início em março de 2020. Uma das motivações em pensar a Educação se deu a partir do momento que me tornei desempregada e, em seguida, babá e professora particular de uma criança com síndrome de down. Nele eu relaciono as metodologias de ensino para estes estudantes com os conceitos políticos do *direito de aparecer* e a *interdependência social* de Judith Butler. Questiono também este entrelaço com o relato de experiência de um estudante da graduação em Ciências Sociais que conta, de forma sucinta, como tem sido sua experiência com a tecnologia necessária nesse novo modelo virtual de ensino. Dessa forma, meu objetivo foi observar o nosso contexto da educação para percebê-la como superfície ou não superfície de existência dos estudantes com deficiência em um momento atípico para discentes e docentes. Por fim, pode-se perceber que existem falhas que talvez foram ponderadas de forma histórica, tanto da educação quanto da pessoa com deficiência, mas que ainda assim, para a realidade de alguns alunos, a atenção e *direito de aparecer* têm sido construídos neste campo virtual atual conforme a demanda.

Palavras-chave: Educação; Educação Inclusiva; Pandemia; Interdependência plural.

Introdução

Enquanto autora também de “Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade” de 1989, em que Judith Butler constrói sua teoria da performatividade, a introdução de *Corpos em aliança e a política das ruas – notas para uma noção performativa de assembleia* relembra esta teoria a fim de dialogar com as diversas noções de “povo” que são tomadas na nossa sociedade contemporânea. Quero dizer que entender o povo requer questionamentos do tipo: quem está definindo o que é povo?

¹ Trabalho de Conclusão de Curso da Especialização em Gênero e Diversidade na Educação. Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA.

² Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE\Campus Toledo. Pedagoga pelo Centro Universitário Facvest – UNIFACVEST. Ultimamente estuda Antropologia Social na Pós-Graduação Strictu Sensu pela Universidade Federal do Paraná – UFPR\Campus Curitiba. eloramarkes@hotmail.com.

Para isso, a noção de performance – aquela que afirma que nos construímos diariamente enquanto indivíduos, e essas construções são adquiridas a partir de cada relação e instituição social que fazemos parte – também propõe o entendimento de que o “povo” não é uma definição dada/estabelecida, e nem formada por um conjunto em especial de definições sociais humanas. Pelo contrário, é necessário entendermos que o conjunto “povo” é – e deve ser – formado por diferentes realidades (povos). Logo, “essas formas da performatividade corporificada e plural são componentes importantes de qualquer entendimento sobre ‘o povo’, mesmo que sejam necessariamente parciais.” (BUTLER, 2018, p. 14)

Copos em aliança é formado por um conjunto de palestras realizadas pela autora ao longo dos anos. No contexto dessa obra de Judith Butler, elas aparecem em um novo formato, buscando o diálogo com a performance do poder em assembleia, ou seja, apurar o reconhecimento de que nós, enquanto corpos, possuímos e buscamos possuir nosso espaço e o quanto isto tem significância, principalmente a partir de um ponto de vista político.

O primeiro capítulo da obra desenvolve o conceito de direito de aparecer, que pode ser percebido como uma medida política adotada em assembleia para reivindicação de quem somos publicamente. E ainda, esse “quem somos” tem o direito de ocupar um espaço. Para além deste posicionamento, a autora busca afirmar o “direito de aparecer” em forma de assembleia, ou seja, como os corpos aparecem no coletivo. Nesse sentido, a questão é perceber como se dá a significância dos corpos em assembleia. Cada tipo de corpo terá uma significância diferente?

É possível traduzir “corpos em assembleia” como pessoas que estão – mesmo com ideais distintos e individuais, classes sociais, gênero, sexualidade, raça e cor diferentes – em um mesmo espaço, garantindo, juntos(as), seu direito de estar ali – *corpos em aliança*. E, além disso, seu direito de estar ali **ainda que** outras pessoas não concordem com esta presença.

Nesse sentido, Butler (2018), se remete à noção de interdependência plural como fator que justificaria nossos corpos em aliança no espaço público. Para a autora:

Se o direito é exercido e respeitado, é porque existem muitos lá que também o exercem, haja ou não mais alguém em cena. Cada “eu” traz o “nós” junto quando ele ou ela entra ou sai por essa porta, vendo-se

em um ambiente fechado desprotegido ou exposto lá fora nas ruas. Podemos dizer que existe um grupo, se não uma aliança, andando ali também, estejam eles ou não à vista. É claro que é uma pessoa singular que caminha, que assume o risco de caminhar ali, mas é também a categoria social que atravessa esse jeito de andar e essa caminhada particular, esse movimento singular no mundo; e se há um ataque, ele visa o indivíduo e a categoria social ao mesmo tempo (BUTLER, 2018, p. 59).

Ou seja, entende-se por interdependência a relação de dependência enquanto sociedade. Dependência no sentido indireto, que para meu corpo, descrito como feminino, caminhar durante a noite nas ruas, por exemplo, é necessário um entendimento dependente de outro corpo que saiba, reconheça e respeite o meu direito de aparecer e estar nesse espaço, de maneira que não viole o meu caminhar nem o meu estar.

Assim, essa noção de dependência social, pode ser estendida no pensar o direito de existir do corpo com deficiência. Da mesma forma que existe uma necessidade de um corpo tido como vulnerável, de forma social, depender de outro – com vulnerabilidade contrária – para existir ao caminhar na rua, como exemplo já citado, a pessoa com deficiência depende da mesma ideia para seu reconhecimento. Há quem diga apenas existir uma força de vontade para que seu lugar de existência *plural* esteja garantido. Porém é sob esta mesma ótica que se desvaloriza a pessoa que não possui o devido corpo para realizar tais feitos.

Dessa forma, entendo que existência *plural* nada mais é do que poder se locomover, ter um trabalho, subir até o segundo andar de um restaurante, compreender uma aula, ainda que com recursos limitados ou distintos, acessar a sala de aula virtual ou não, etc. Exemplo que, enfim, se remetem a existência da pessoa com deficiência e sua *inclusão* nas instituições sociais como um todo. Para tanto, “as vidas que importam” – ou que tem valor, nos conceitos de Butler – estão destinadas a uma posição de significância maior e melhor que outras, fazendo jus, portanto, a meritocracia.

A partir dessas definições, é possível visualizar a diferença que os corpos fazem enquanto assembleia, ou seja, quando corporificam o direito de aparecer. E, sendo assim, meu objetivo é o de examinar as vivências de uma pessoa com deficiência em diálogo com a teoria de Judith Butler, a fim de pensar a educação como base dessa análise.

São dois universos que se encontram em uma pergunta: como está sendo a educação na pandemia para as pessoas com deficiência? Já parou pra pensar? Para isso, a escrita é dividida em dois pontos centrais, a saber: primeiro, são apresentados os relatos de minhas experiências próprias, enquanto estudante e profissional da educação, e do Francisco³, acadêmico da graduação de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. E, em um segundo momento, uma discussão a partir de Judith Butler sobre o *aparecimento* e a educação durante a pandemia para os estudantes com deficiência.

Relatos de experiências

Durante e após minha graduação trabalhei com a Educação Especial e Inclusiva e conheci muitas profissionais e pessoas com deficiência durante a minha ampla participação em congressos, seminários, dentro da escola de educação infantil e ainda em minha própria sala de aula. Não apenas as educadoras, mas todos e todas colegas de trabalho com quem convivi, sempre subiram ao palco, pegaram o microfone e debateram sobre o *lugar de fala*. Alguns episódios foram questionadores, perguntando como iríamos trabalhar a inclusão se em sala de aula os estudantes não tinham referências de trabalho, de representatividade ou de reconhecimento da pessoa com deficiência. Ou ainda da ampla dificuldade em metodologias de ensino.

Outros destes giravam em torno apenas de enfatizar seu lugar e em como a Educação deve trabalhar em prol desta reivindicação. Mas em todos os momentos o *lugar de fala* era muito bem apontado como o mínimo pontapé para todo o reconhecimento e conhecimento para aqueles que querem entender a história da pessoa com deficiência e a legislação em que se baseia todo esse viés educacional. Conhecimento e escuta, ainda, dos profissionais da educação a fim de elaboração de suas próprias aulas e de sua própria postura.

Por este motivo, este artigo não apresenta apenas uma discussão teórica, mas um diálogo, entre teoria e prática, que auxilie no esclarecimento sobre as diversas indagações e observações que time sobre o tema pesquisado. Como apresentou Bourdieu (2006), em sua discussão sobre histórias de vida, que estas servem para dar

³ Nome fictício apresentado ao longo deste trabalho para fins de não exposição.

vão à realidade do ser social. Dessa maneira, podemos supor que tudo o que é relatado faz parte de uma história maior e consequentemente parte de uma realidade destoante da qual o *eu* vive, construindo, portanto, uma identidade *constante e durável*. (BOURDIEU, 2006). Portanto, nada mais justo do que responder às suposições diante uma abertura do *local de fala*.

O sujeito e o objeto da biografia (o investigador e o investigado) têm de certa forma o mesmo interesse em aceitar o postulado do sentido da existência narrada (...) cabe supor que o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário (BOURDIEU, 2006, p. 184).

Desse modo, me apresento como graduada em Ciências Sociais e em Pedagogia, estudante da pós graduação *Gênero e diversidade na educação* e mais recentemente, estudante do mestrado strictu sensu em Antropologia Social pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Contextualizo meu currículo, também, para contextualizar que desde o início de 2020 a pasta Educação me levanta questionamentos, diferentes daqueles que tive contato nos últimos anos e, principalmente, nas últimas experiências profissionais.

Por causa da pandemia da Covid-19, relatado pela primeira vez no Brasil em março de 2020, perdi meu emprego de estagiária em Pedagogia e, consequentemente, uma proposta profissional que estava adiante. Assim como as demais aspirações pela – e diante da – academia. Passados os primeiros meses do ano e do contexto que se iniciava, trabalhei como babá de uma criança com deficiência, aluna da educação infantil da antiga escola que trabalhei. E, além da relação de cuidado, também apliquei, em períodos diferentes do dia, algumas atividades da escola; tarefas remotas, tarefas impressas e também assistimos à algumas aulas gravadas.

Em razão dela ter síndrome de down, uma síndrome que dificulta alguns movimentos manuais mais pontuais, como o movimento de pinça, segurar o lápis, fazer contorno, além da dificuldade em reconhecer letras e números, seu desenvolvimento pedagógico retardou um pouco em comparação ao que a escola vinha acompanhando e construindo. Digo isso apenas diante dos meses que estive presente nesse novo

acompanhamento das aulas e das atividades, e também pelo fato de conhecer pessoalmente tanto a escola quanto sua professora regente de turma.

Por causa dessa experiência de trabalho escrevi algumas notas aleatórias sobre o tema *Educação na pandemia*, a fim de que isso pudesse se transformar em um relato de experiência para o futuro, também de comparações da época, da educação e principalmente das metodologias adquiridas ou não. Em vista disso, reparei que para essa criança as atividades não estavam sendo adequadas. Talvez pela necessidade de acompanhamento das apostilas e estas não serem adaptadas, mas que ao mesmo tempo não deveriam ser usadas como justificativa para não inclusão. Mesmo que tenha sido complicada a situação de acompanhamento dessa aluna pela professora para uma inclusão plena, ou ainda, uma adaptação simultânea das atividades, acredito que o preparo destas devessem acontecer anteriormente, ou seja, no planejamento da aula.

Enfim, ponderados os questionamentos, imaginei e me perguntei durante essa época como estava sendo a educação na pandemia para os outros estudantes; do ensino médio, do ensino superior, ou ainda, estudantes com outras deficiências, mais severas, mais inacessíveis no contexto de isolamento, e afins. Meses depois, já em 2021, algumas colegas professoras, da educação infantil e do ensino médio, me contaram algumas mudanças na metodologia de ensino. Foi quando as aulas remotas se tornaram mais presentes do que as aulas gravadas e, como exemplo, os/as estudantes do ensino médio com deficiência já possuíam também uma profissional auxiliar para o acompanhamento das aulas. Enfim, são informações avulsas e não oficiais, mas que me impulsionaram a estudar sobre e investigar.

-

Francisco foi meu colega de turma na graduação em Ciências Sociais e na mesma época, foi um dos acadêmicos atendidos pelo Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais – PEE\Unioeste Campus de Toledo, o qual trabalhei por dois anos. Além de sua colega em sala de aula, acompanhei e participei da adaptação dos textos utilizados por ele durante a graduação.

Para contextualizar, o PEE é um programa multicampi⁴ que trabalha para o ingresso e permanência dos acadêmicos com deficiência e/ou alguma necessidade

⁴ <https://www.unioeste.br/portal/pee/sobre-o-pee>

especial, reformulando os materiais, principalmente, diante suas dificuldades de aprendizagem conforme regulamentação e direitos pré-existentes. Durante esses dois anos que citei, acompanhei como eram feitas as adaptações dos textos para o Francisco, que é um homem cego, além de todas as burocracias previstas neste processo e também as dificuldades encontradas.

Por entender sobre o funcionamento dessas adaptações, do trabalho das profissionais auxiliares que compunham o Programa e também pela relação que estabeleci com o colega, pude entrar em contato com o objetivo de enriquecer meu estudo. Neste momento, não possuía mais vínculos com a criança\aluna citada anteriormente, além de também ter passado por uma experiência sem respostas relacionadas a possibilidade de pesquisa pelo Núcleo Regional de Educação do município. Dentre outras razões, foi o Francisco que se colocou disposto a me contar como estava sendo a educação na pandemia para ele, diante da informação que o PEE me possibilitou de saber que ele ainda é acadêmico da instituição, finalizando agora seu último ano do curso.

Diante a leitura de Butler sobre, principalmente, o *aparecimento* e as *vidas que importam* – seus conceitos –, tentei elaborar perguntas que pudessem unir estes dois pontos: o direito de aparecer e a metodologia de educação na pandemia. De forma remota, o Francisco me respondeu sucintamente estas perguntas, mas que mesmo assim dialogam com as minhas ideias iniciais a respeito da dificuldade de implementação e do *aparecimento* no espaço em questão. A saber:

- Como está sendo a educação durante a pandemia pra você? Em questão de rotina.

Tive muitas dificuldades durante o período presencial do curso acadêmico. Agora, neste período de ensino remoto, foi mais difícil, porque as aulas eram realizadas por recursos de aplicativos tecnológicos, as quais eu não tenho o domínio para utilizar.

Minha primeira pergunta direcionada ao Francisco foi justamente para saber, mesmo que de forma breve, como tem sido sua rotina acadêmica neste período, pois estive presente, durante algum tempo, em sua rotina estudantil presencial. Por exemplo

em questões de locomoção dentro do campus, o acesso aos materiais para as aulas e suas adaptações e etc. Além de também participar das mesmas aulas que meu colega, entendendo e presenciando como acontecia a compreensão e a adequação dos(as) professores(as) às necessidades especiais do Francisco.

Dessa forma, questionei esse ponto em primeiro lugar visto que o formato remoto de aula é completamente dependente da internet, do computador ou celular e de aplicativos tecnológicos, como ele disse, que ainda são novidade de utilização para todos nós, discentes e docentes com ou sem deficiência. Mesmo assim, imaginei que pudesse haver uma dificuldade diferente para um aluno cego, no sentido de observar por meio da audição o que faz cada novo recurso desses aplicativos e como fazer uso durante a aula.

- E como está sendo em questão de metodologia?

Pelo fato do difícil acesso de participar das aulas pelo aplicativo, as aulas ficavam gravadas, e assim, foi a forma que encontrei para ter acesso ao conteúdo aplicado anteriormente.

- Existem pontos positivos e pontos negativos de ter aula remota? Pode citá-los?

Talvez, se eu tivesse o domínio dos aplicativos disponibilizados com acessibilidade das plataformas tecnológicas, poderia até ser um ponto interessante para aulas remotas. Mas como esses recursos não atendem as minhas expectativas, para que eu tenha uma melhor compreensão dos conteúdos, entendo que prejudica o meu processo de aprendizagem.

Levando em consideração a introdução deste trabalho, sendo uma síntese do que a autora baseia sua escrita sobre a política das ruas, pergunto como visualizar a *política das ruas* – em seu sentido de espaço, presença intensa, reivindicação – na pasta da Educação? E ainda, como visualizá-la a respeito dos corpos ocupando o espaço virtual

que se tornou a sala de aula? Os corpos com deficiência e a metodologia de ensino, para estes, têm seu espaço garantido?

O relato do Francisco acima é uma resposta para a última pergunta, sobre a garantia desse espaço, por isso, inclusive, pergunto a ele sobre a existência de pontos positivos e/ou negativos para este novo modelo. Em primeira estância, questionei imaginando que a participação nas aulas pudesse ter sido facilitada **por causa da** tecnologia, pensando nesta como facilitadora da relação virtual entre professor e aluno e, mais ainda, como garantia de existência e acompanhamento de um estudante cego no espaço virtual.

Mesmo que, como percebido em suas respostas, este espaço exista e, ainda, exista com considerações também relacionadas à existência do Francisco em sala de aula e suas necessidades, esta existência é incompleta e interfere em seu aprendizado. Além do mais, interfere no seu aparecimento.

Em alguns casos, a rua não pode ser tomada como um espaço garantido de aparecimento, o espaço arendtiano da política, pois existe, como sabemos, uma luta para estabelecer esse terreno ou para recuperá-lo do controle da polícia. A possibilidade de fazê-lo, entretanto, depende da eficácia performativa em criar um espaço político com base nas condições de infraestrutura existentes. (...) Mas quando a política está orientada no sentido de criar e preservar as condições que proporcionem vidas vivíveis, então parece que o espaço de aparecimento nem sempre pode ser separado das questões relativas a infraestrutura e arquitetura, e que elas não apenas condicionam a ação, mas participam da criação do espaço da política. (BUTLER, 2018, p. 141 – 142).

Na tentativa de expor o que a autora diz sobre a construção de um espaço político, e o entrelaço com a realidade do Francisco, penso que para que um estudante com deficiência participe das aulas com o mesmo material que os alunos sem deficiência, afirma-se, portanto, que sua vida é uma vida vivível. Se o profissional da educação não possui esse espaço virtual, ou o possui sem as devidas adaptações, para que o aluno com deficiência tenha acesso a ele, à tecnologia e aos materiais, então é necessário criá-lo. Juntamente com a necessidade de criar este espaço educacional, vem o que a autora chama de “*criação do espaço da política*”. Para o estudante com deficiência aparecer neste espaço, ele precisa de uma infraestrutura, e se esta não existe, é preciso que ela seja construída. Ou ainda, *ele* precisa que eu – profissional da educação – a construa. Dando continuidade ao relato:

- Já foi preciso você reivindicar atenção à sua deficiência durante as aulas? Ou reivindicar outras coisas, como textos, apresentações de slide, coisas assim?

Não, como as aulas remotas é um formato novo para todos, os docentes tentavam contribuir para facilitar o entendimento do conteúdo. Eu tinha uma professora auxiliar que me ajudava para ter acesso ao aplicativo, e também na produção dos materiais necessários da disciplina.

- Quanto tempo levou até que seus professores se atentassem à adaptação das aulas e/ou dos materiais para a aula, como citados na pergunta anterior?

O professor providenciava os materiais com um certo período de tempo, para que pudessem ser adaptados. Neste período, tive poucas participações nas aulas remotas, porque como estava em fase de produção do Trabalho de Conclusão do Curso, as aulas para o TCC eram importantes, mas não obrigatórias. Mesmo assim, os materiais, eram providenciados pelos profissionais do programa PEE, para que fossem adaptados e entregues com antecedência.

Diante dessa realidade, o espaço e o material adaptado coincidem com o que busco defender desde o início da ideia de escrita deste artigo. Mesmo com defeitos no que diz respeito ao acesso tecnológico que a educação agora obriga, a possibilidade de viver sua *vida vivível* como estudante está acontecendo e sendo adaptada, como ele diz por último, às suas necessidades e ao novo contexto também profissional enfrentado pelos(as) professores(as). Como disse Butler:

(...) Se não podemos realmente falar sobre corpos sem mencionar os ambientes, as máquinas e os sistemas complexos de interdependência social nos quais se apoiam, então todas essas dimensões não humanas

da vida corporal provam ser dimensões constitutivas da sobrevivência e do desenvolvimento humano (BUTLER, 2018, p. 145).

Ou seja, a interdependência plural enquanto um conjunto complexo de relações que não se habilitam apenas às pessoas, ou ainda, apenas aos corpos, à existência política. Mas também análogo à elementos simples desse *desenvolvimento humano* – desenvolvimento social; os próprios meios maquinários de comunicação, de locomoção e de participação.

Os corpos que importam e a Educação – reivindicando presença

Judith Butler faz uma breve discussão do termo mobilidade. Para ela, esse mover-se diz respeito à noção de reivindicação, seja esta de cunho político ou arquitetônico, por exemplo. Ou seja, o *mover-se* é ação, é ultrapassar barreiras e ocupar um espaço de direito. Porém:

(...) o próprio termo “mobilização” depende de um sentido operativo de mobilidade, que é um direito em si mesmo, embora para muitas pessoas não seja algo garantido (...), refuta a própria autora. (...) Para que o corpo se mova normalmente é preciso que exista algum tipo de superfície e suportes técnicos que permitam o movimento a sua disposição. (Butler, 2018, p. 142).

Neste sentido, penso esta “superfície e suportes técnicos” da autora como peças centrais no tema da educação na pandemia. O livro diz respeito à uma realidade a qual não estamos sujeitos nos últimos quase dois anos – em termos educacionais. Ou seja, a presença, corpos, espaços físicos. Os espaços são virtuais e tomo estes como sinônimo de *superfície* escrito pela autora. Para que os corpos dos estudantes com deficiência e suas vidas passíveis de serem vividas existam, é necessária essa superfície, bem como o suporte técnico adequado que permita seu movimento⁵. Há aqui, portanto, a interdependência social a qual foi citada na introdução deste artigo.

⁵ E movimento, neste contexto, é o ato, a ação de estudar. De ser estudante. De movimentar-se diante um novo método de educação.

Sendo assim, o conceito de *interdependência plural* não significa meramente a dependência que tenho para com o outro que vive comigo em sociedade. Significa, além disso, uma dependência social que possuímos sem percepção próxima ou diária. Quero dizer que para o outro poder existir, há um limite na minha própria existência e, também, uma necessidade que eu aja conforme o esperado da situação. Como responde Butler:

Na minha visão (que com certeza não é só minha), a vida do outro, a vida que não é a nossa, também é nossa, uma vez que, qualquer sentido que a “nossa vida” tenha, deriva precisamente dessa sociabilidade e já é, desde o início, dependente de um mundo de outras vidas, constituídas em – e por – um mundo social. (ibid, p. 120)

Diante das considerações teóricas da autora e do relato de experiência, que nos faz dar atenção à metodologia de ensino, é importante ressaltar que esta é uma realidade dentre outras que podem estar sendo vividas – ou não vividas. Quero dizer que a educação na pandemia tem sido um desafio para ambas as partes, discentes e docentes. Que as *vidas que importam* de Butler se relacionam a todo momento em que uma notícia sobre o ensino remoto aparece nos jornais. Ou seja, importam para quem? Em qual contexto? A mobilidade aqui é sobre o espaço acessível e inclusivo para um mesmo nível educacional.

Como tece Veltrone (et. Al, 2009, p. 18-19), a respeito da trajetória estatal sobre o ensino especializado, foi somente na década de 1990 que o Brasil passou a usar os princípios de uma educação inclusiva. Antes disso, por mais que as pessoas com deficiência estivessem se inserindo na educação no que diz respeito ao acesso à sala de aula, ainda era de sua responsabilidade o sucesso e o fracasso em se integrar social e educacionalmente. Ou seja, tomava-se o estudante como responsável por sua própria adaptação à instituição de ensino e consequentemente a tudo que se refere às metodologias.

Foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB\1996, juntamente com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, que torna o Estado responsável por garantir a educação para todos. Como destacam as autoras:

Além de o Estado garantir a educação para todos, o sistema educacional também deve reconhecer a diversidade do alunado, ou seja, deve reconhecer que cada aluno é único, com suas próprias necessidades e subjetividades. A escola deve se adaptar aos alunos, e não o contrário. (VELTRONE, et. Al, 2009, p. 23)

Por mais que este texto tenha sido escrito e enfatizado em uma realidade distinta a que quer relatar este artigo, não deixam de serem considerações básicas as quais a Educação Especial e Inclusiva sempre destaca. Principalmente o que dizem as autoras sobre o dever da escola de se adaptar aos alunos, estendo este fato às instituições de ensino no geral, pois, aqui, há a conexão com as metodologias de ensino remoto na pandemia.

Por isso, apresento uma reportagem feita pela Agência de Notícias do Paraná⁶, vinculada ao site do Governo do Estado, em que a redação exemplifica as ferramentas de ensino construídas e agora reorganizadas pelo sistema público, diante de um aperfeiçoamento do Ensino à Distância da Educação Pública. O seu objetivo foi destacar o bom uso do principal aplicativo utilizado e o quanto ele emancipou o acesso às aulas na educação básica. Através de um relato publicado na mesma reportagem, a editoria escreve:

Stefany Carlieli da Silva, de 15 anos, começou a usar as plataformas digitais em outubro. Até então, ela não tinha wi-fi em casa e buscava as atividades impressas na escola. Para isso, saía de Porto São José, na divisa entre Mato Grosso do Sul e Paraná, atravessava o Rio Paraná de balsa e pegava um ônibus até chegar ao Colégio Estadual Cecília Meireles, em São Pedro do Paraná, no Noroeste do Estado. “Acho mais fácil acompanhar as aulas assim pela internet. Estou me adaptando bem”, diz a estudante (...). (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PARANÁ, 2020)

O fragmento foi publicado no final de dezembro de 2020 e mesmo que o propósito seja mostrar a facilidade que a tecnologia dos aplicativos de ensino tem trazido, não deixo de voltar os olhos para a trajetória da estudante em garantir o acesso aos materiais e às aulas em si, enfatizados com um tom meritocrático pela reportagem. De fato, a tecnologia envolvida em todos os níveis de educação marcou e garantiu o acesso à distância, porém com qual qualidade? Ainda, com qual política de interesses?

Neste sentido, entendo que uma educação inclusiva não está relacionada apenas às pessoas com deficiência. Esta faz parte de um acervo de objetivos análogos às adaptações de materiais e de metodologias para todos aqueles que necessitam. Talvez o

⁶ Disponível em: <<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=110103&tit=Educacao-avanca-em-tecnologia-e-inovacao-para-solucoes-de-ensino-remoto>>. Acesso em 15 jun. de 2021.

material apropriado para um estudante com síndrome de down também o seja para aquele com dificuldade em matemática. Esta confluência de informações mostra que a inclusão, a vida vivível, a interdependência plural, estão todas relacionadas à existência das pessoas diante a *vulnerabilidade* que existe enquanto elo de ligação, ou a separação das realidades. Como explica Butler:

(...) não se trata apenas de esse ou aquele corpo estar conectado a uma rede de relações, mas que o corpo, apesar das suas fronteiras claras, ou talvez precisamente em virtude dessas fronteiras, é definido pelas relações que fazem sua vida e sua ação possível. (...) não podemos entender a vulnerabilidade corporal fora dessa concepção de suas relações constitutivas com outros humanos, processos vivos, condições inorgânicas e meios de vida (2018, p. 144).

Considerações Finais

Para concluir, é possível visualizar a relação dos corpos que existe nesse elo entre a educação na pandemia, as adaptações metodológicas para as pessoas com deficiência e a associação política a partir de Butler. Nesse sentido, não há como direcionarmos o olhar apenas para um viés. Nesse caso, estes três pontos se encontram e fazem parte de uma discussão sobre *existência*. Ou seja, não há maneiras do estudante com deficiência existir enquanto estudante sem que haja outras pessoas existindo de forma paralela.

A interdependência plural vai para além da necessidade de existência do outro, de um outro corpo ou de uma outra profissão. Faz parte de uma moral social que não prestamos atenção que existe. Ou seja, no cotidiano, existir como profissional da educação e como estudante com deficiência requer um entrelaço de relações – *de corpos* – pré-determinados por instituições, por regras e obrigações, mas que para além do significado de obrigação, faz parte do eu, da existência e do fazer existir.

Se o meu professor não repassa os textos no prazo correto, eu não consigo participar e estar presente na discussão da aula. Porém é obrigação dele, como profissional, diante regras, cumprir esse prazo. Mas a preocupação em entregar do jeito correto ou, ainda, de ensinar a dominar a tecnologia da aula, não é obrigatória. E é essa *preocupação* que pode ser vista como a *moral*. É a preocupação e também a adaptação

metodológica que possibilita a inclusão. Em outras palavras, a existência de uma vida vivível.

Para finalizar, saliento que houve um limite nesta pesquisa por causa do momento da pandemia que estamos vivendo. Além do Francisco já ter me ressaltado, desde o início, que me responderia mesmo sem tempo de o fazer, a minha imersão anterior na Educação para um estudo mais completo foi negada. Nos primórdios da ideia para um outro trabalho desta especialização, fiz contato com o Núcleo Regional de Educação da minha cidade, responsável pelo diálogo com o ensino médio principalmente, para uma possível abertura de pesquisa – perguntas e respostas entre os estudantes. Porém minha solicitação foi respondida com requisições de muita burocracia e, mesmo seguindo as instruções, no fim não obtive respostas aos e-mails e arquivos enviados. Por isso optei por continuar com as leituras bibliográficas e noticiárias, conseguindo, por fim, a participação de meu colega.

Em consideração final para o limite imposto à essa pesquisa, penso que para além da própria Educação e a pandemia fazendo parte deste momento, a burocracia e a política de observação\entrada da sala de aula tenha sido alterada juntamente com os documentos que regem os planos pedagógicos e tudo o que diz respeito as novas metodologias de ensino.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. **Usos e abusos da história oral**, (8ª edição). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**; Tradução Fernanda Siqueira Miguens, 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. ISBN 978-85-200-1315-1

Educação avança em tecnologia e inovação para soluções de ensino remoto. Curitiba, 2020. Disponível em: <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=110103&tit=Educacao-avanca-em-tecnologia-e-inovacao-para-solucoes-de-ensino-remoto>>. Acesso em: 15 jun. de 2021.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 24 jun. de 2021.

VELTRONE, Aline; *Et. al.* A Educação Especial no Brasil – Perspectivas atuais na concepção e definição da deficiência mental. In: COSTA, M.P.R. **Educação Especial: aspectos conceituais e emergentes.** São Carlos: Edufscar, 2009.